

**TutPrv no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.443.050 - BA  
(2019/0029308-5)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**REQUERENTE : NIPLAN ENGENHARIA S.A**  
**ADVOGADOS : LUIZ VICENTE DE CARVALHO - SP039325**  
**ANA LUÍSA PORTO BORGES E OUTRO(S) - SP135447**  
**ALINE DEDA MACHADO SANTANA E OUTRO(S) - BA018830**  
**REQUERIDO : ARAS & TAVOLIERI ADVOCACIA ESPECIALIZADA**  
**ADVOGADOS : AMÉLIA CRISTINA SOARES SANTANA - BA010090**  
**RODRIGO SANTANA GARCIA E OUTRO(S) - BA038615**

**EMENTA**

PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA. CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO A AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. *FUMUS BONI IURIS* E *PERICULUM IN MORA*. CARACTERIZAÇÃO. PEDIDO DEFERIDO .

**DECISÃO**

Trata-se de pedido de tutela provisória formulado por Niplan Engenharia S.A., no qual pretende seja concedido efeito suspensivo a agravo em recurso especial.

Narra o requerente que, na origem, foi interposto agravo de instrumento contra decisão que rejeitou a nomeação à penhora de seguro-garantia judicial, por apólice no valor de R\$ 4.350.450,86 (quatro milhões, trezentos e cinquenta mil, quatrocentos e cinquenta reais e oitenta e seis centavos), ante suposto débito perseguido na ação de execução no valor de R\$ 2.960.928,28 (dois milhões, novecentos e sessenta mil, novecentos e vinte e oito reais e vinte e oito centavos).

O Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, de seu lado, negou provimento ao recurso, "sob fundamento que a substituição da penhora pecuniária pelo seguro garantia judicial somente é possível em situações excepcionais, quando necessária para evitar onerosidade excessiva ao devedor, o que não restou demonstrado no presente caso, tendo em vista que (i) se tratam de empresas de grande porte, e, (ii) não há prova de que foram prejudicadas pela imobilização dos valores penhorados" (e-STJ, fl. 1.041).

O recurso especial foi interposto, alegando violação aos arts. 805 e 835, § 2º, do CPC/2015, além de dissenso jurisprudencial, pois atualmente tem prevalecido, na

jurisprudência desta Corte, o entendimento de que a substituição não pode ser negada quando o dinheiro é essencial às atividades da empresa (REsp 1.691.748/PR, Relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 7/11/2017). Após o juízo negativo de admissibilidade, ascendeu a esta Corte o agravo em recurso especial, ainda pendente de julgamento.

Afirma, outrossim, que, "não havendo efeito suspensivo à Execução, o juízo de primeiro grau determinou na data de hoje, em ato ordinatório, a liberação de alvará eletrônico para liberação dos valores até então bloqueados judicialmente e até então disponíveis na conta do juízo, em favor da Agravada" (e-STJ, fl. 1.042).

No que tange à probabilidade do direito, assevera que são reais e objetivas as chances de provimento do recurso especial, uma vez que está fartamente demonstrada, nas razões recursais, a violação a dispositivos de lei federal e o dissídio jurisprudencial.

Quanto à gravidade do dano, destaca que "a recorrida já apresentou petição nos autos da ação de execução requerendo o levantamento dos valores bloqueados via sistema "BacenJud" (doc. 01), pedido este que foi parcialmente atendido através de ato ordinatório publicado na data de hoje em que consta a expedição de alvará em favor da Agravada, apenas pendente de assinatura (doc. 02). Ou seja, iminente o risco de que sejam levantados os valores a qualquer momento, nada obstante o Juízo estar devidamente garantido por apólice em valor muito superior ao da execução" (e-STJ, fl. 1.043).

Diante disso, requer seja concedido efeito suspensivo ao agravo em recurso especial, com base no art. 1.029, § 5º, II, do CPC/2015, para que seja obstado o levantamento dos valores bloqueados pela recorrida, bem como a realização de novas penhoras.

Brevemente relatado, decido.

Analisando os argumentos da requerente, verifico, em exame perfunctório, que estão presentes os requisitos para a concessão da tutela provisória.

De início, evidencia-se a plausibilidade do direito invocado no tocante à

possibilidade de substituição de penhora pecuniária pelo seguro-garantia judicial em situações peculiares a serem devidamente analisadas, consoante jurisprudência desta Corte.

Por outro lado, o perigo na demora da prestação jurisdicional revela-se caracterizado, ao menos nesta análise preliminar, pela determinação do Juízo de origem de prosseguimento da execução provisória, com o risco de ser efetivado levantamento de valores bloqueados judicialmente.

Oportuno esclarecer que, embora o CPC/2015 preveja, em seu art. 520, IV, a necessidade, em regra, de o exequente apresentar caução prévia, suficiente e idônea, para o cumprimento provisório da sentença, o art. 521, III, excepciona aquela norma, dispensando a caução, na hipótese em que pender de julgamento o agravo do art. 1.042 do CPC/2015, que é o caso dos autos.

Assim, preenchidos os requisitos necessários para a excepcional atribuição de efeito suspensivo a agravo em recurso especial, entendo ser devida a concessão de tutela provisória de urgência para garantir o direito da parte e a efetividade da jurisdição, nos termos do art. 300 do CPC/2015.

É claro que somente no exame do próprio agravo em recurso especial as peculiaridades do caso concreto poderão ser melhor avaliadas.

À vista do exposto, **defiro** o pedido para conceder efeito suspensivo ao agravo em recurso especial, determinando que seja obstado levantamento de qualquer valores ou a realização de novas penhoras, até ulterior pronunciamento desta relatoria ou o julgamento final do recurso.

Oficie-se, com urgência, ao Tribunal de Justiça do Estado da Bahia e ao Juízo de Direito da 17ª Vara de Relações de Consumo, Processo n. 0526966-03.2015.8.05.0001, comunicando o deferimento do presente pedido de tutela de urgência.

Cumpra-se. Publique-se.

Brasília, 06 de junho de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

